

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar

Em oito de dezembro de dois mil e vinte, às 08h30, ocorreu a 13ª (décima terceira) reunião ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, por vídeoconferência, com a presença dos membros: João Luiz Barbur Madalozzo, Luciano Borges dos Santos e Lineu Edison Tomass. Participaram também Pedro Carlos Carmona Gallego, diretor administrativo-financeiro, Glaucio Baduy Galize, diretor de Gestão de Pessoas, Leandro Victorino de Moura, diretor-presidente, Fernando José Fendrich, gerente de finanças e contratos administrativos; Juliana Gemael Polycarpo Lied Pereira, coordenadora da Auditoria Interna, Perla Aparecida Bylnoski, gerente de suprimentos, Annelise Graes Mareca, Gerente de governança corporativa, Oscar Pelissari Machado, coordenador de gestão de riscos e *compliance*, e Paloma Giovana Groxko, que secretariou a reunião.

Assuntos da pauta:

1. Acompanhamento da execução orçamentária e financeira;
2. acompanhamento dos relatórios contábeis;
3. acompanhamento dos processos de licitação para contratação das auditorias interna e independente (externa);
4. avaliação e acompanhamento dos sistemas de controles internos, administração de riscos e transação com partes relacionadas;
5. acompanhamento da elaboração do relatório da Auditoria Interna – Audin 4º trimestre de 2020;
6. minuta do relatório anual de atividades do Comitê de Auditoria Estatutário, exercício 2020;
7. aprovação do Plano de Trabalho e calendário de reuniões 2021 - Comitê de Auditoria Estatutário;
8. assuntos gerais

O presidente do Comitê de Auditoria Estatutário, João Luiz Barbur Madalozzo, abriu a reunião cumprimentando os participantes e passou a palavra ao gerente de finanças e contratos administrativos, Fernando José Fendrich, que apresentou o item um da pauta que trata dos relatórios sobre (i) execução orçamentária, atualizada até 31/10/2020, (ii) contas a receber de clientes, atualizada até 30/11/2020, e (iii) posição financeira de caixa, atualizadas até 30/10/2020. O gerente exibiu dados que retratam a receita líquida em queda até junho de 2020 e em recuperação a partir do segundo semestre. Destacou que as despesas líquidas realizadas se mantiveram controladas, num nível estável ao longo do ano e sempre abaixo das receitas, especialmente por dois fatores: o Acordo Coletivo de Trabalho ter sido celebrado sem aumento de despesas de pessoal e a Celepar ter adotado uma política de contenção das demais despesas. Salientou, ainda, que apesar do resultado positivo e da despesa realizada estar abaixo da orçada, a receita também se manteve abaixo do esperado, por grande parte do ano. João Luiz Barbur Madalozzo questionou por que em outubro houve um aumento considerável da receita e o gerente financeiro respondeu que foi devido à emissão de notas dos serviços realizados para a Casa Civil, após a solução de questões contratuais. Ressaltou que é um fator sazonal de aumento, que não deve se manter nos demais meses. Luciano Borges dos Santos perguntou se ainda há outras situações de pagamento por indenização e o diretor-presidente da Celepar respondeu que há dois contratos por indenização – da Secretaria da Educação e do Esporte (SEED) e da Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL) – mas que até janeiro devem estar consolidados. Após as explicações sobre o tema, Luciano Borges dos Santos parabenizou a Diretoria Executiva pela solução dos contratos pendentes com o Porto de Paranaguá, com a Secretaria de Administração e da Previdência (SEAP), e com outros órgãos e, também, pelo esforço para a regularização da totalidade dos contratos que ainda são pagos por indenização. Em seguida, o Comitê de

p
1

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar

Auditoria Estatutário recomendou que a companhia observe a prioridade na assinatura do contrato, enfatizando que questões técnicas sejam resolvidas por aditamento. Os membros do CAE orientaram que seja feito um planejamento de contratação com os órgãos, a fim de evitar o pagamento por indenização, uma vez que este deve ser sempre em caráter de exceção. Os membros do CAE, como comitê de assessoramento à alta gestão, reforçaram que essa medida é para preservação da empresa e seus dirigentes de possíveis questionamentos e sanções por parte dos órgãos de fiscalização e controle. Em seguida, Fernando José Fendrich apresentou um gráfico das contas em atraso ao longo de 2020, conforme solicitação do membro Lineu Edison Tomass, na reunião anterior. O gráfico representa a diminuição dos valores em atraso durante o ano, mas que deve subir em janeiro e fevereiro de 2021, em virtude da característica de pagamento por parte do Estado. Observou que a linha de diminuição é inversamente proporcional ao saldo em caixa e à execução orçamentária. Quanto às contas a receber, o gerente destacou os valores que estão em cobrança judicial (débitos mais antigos) e os que estão em cobrança administrativa (referente aos últimos cinco anos). Lineu Edison Tomass alertou a companhia para que as ações de cobrança sejam realizadas em tempo hábil, antes da expiração dos débitos.

Referente ao item dois da pauta, Fernando José Fendrich apresentou os balancetes de julho a setembro de 2020, cujos resultados foram bastante positivos. Os números mais importantes destes relatórios foram destacados, como a elevação das receitas em 4,8% em comparação com o mesmo período de 2019 e o incremento do lucro bruto em 13,5%. As despesas gerais e administrativas tiveram queda de quase 20%, o que contribuiu para a elevação do lucro líquido acumulado até o terceiro trimestre. Finalizando a apresentação, o gerente financeiro destacou que a margem líquida (indicador que mostra o quanto de sua receita uma empresa é capaz de transformar em lucro) da Celepar saltou de 2,20% para 7,17% em 12 meses. Margens líquidas mais elevadas possibilitam a geração de recursos financeiros próprios para a realização de investimentos e modernização da companhia, sem a dependência de recursos externos. O gerente informou que a Diretoria Executiva pretende propor ao Conselho de Administração o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) aos acionistas. João Luiz Barbur Madalozzo parabenizou a gestão financeira da Celepar, a qual sinaliza uma mudança cultural importante para o crescimento da companhia.

Passando ao tem três da pauta, a gerente de suprimentos, Perla Aparecida Bylnoski, informou que o processo licitatório para contratação da empresa de serviços de auditoria interna foi publicado e está com data de abertura marcada para 23 de dezembro de 2020. Sobre a auditoria externa, a gerente informou que a área demandante está analisando a documentação da segunda empresa classificada, apresentada na convocação para assinatura do contrato. Porém, após reunião com a área, verificou-se que há chances de que esse fornecedor também não atenda aos requisitos técnicos constantes no edital. Caso isso ocorra, será necessário voltar à fase do processo licitatório anterior à homologação, para classificar a terceira licitante. Considerando os prazos legais e o retorno tempestivo da área demandante quanto ao atendimento da terceira empresa classificada, a previsão para contratação será janeiro de 2021. A gerente esclareceu que estão sendo analisadas alternativas para a condução do processo, caso a próxima licitante apresente algum impedimento. João Luiz Barbur Madalozzo recomendou o máximo de empenho para que essa contratação ocorra em tempo suficiente para divulgar o fechamento do balanço nos prazos legais. Sugeriu, ainda, que sejam levantadas possíveis soluções, considerando o cenário mais pessimista.

Concernente ao item quatro da pauta, o coordenador de gestão de riscos e *compliance*, Oscar Pelissari Machado, informou que foi assinado o contrato com a empresa responsável pela implantação de metodologia de gestão de risco, cujo início da execução deve ser programado em breve. No tocante à transação com partes relacionadas, comentou que a Gerência de Governança Corporativa (GGOV) e a Auditoria Interna (Audin) estão trabalhando em um

b
~

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar

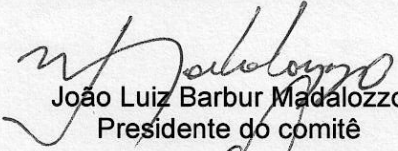
projeto para a criação do Cadastro de Partes Relacionadas e Impedidas. Esse instrumento objetiva auxiliar na identificação de partes relacionadas nas celebrações contratuais da companhia. O coordenador frisou que a ideia é estudar o assunto de forma mais abrangente, em parceria com a área de negócios e de licitação, para que esse cadastro atenda outros mecanismos de *compliance* e controle, além da Lei Federal 13.303/16. Luciano Borges dos Santos saudou a equipe pela iniciativa, destacando que esse é um assunto sensível e importante, que tem sido notado pelo Tribunal de Contas. O membro do CAE propôs, ainda, que seja criada uma espécie de regulamento disciplinar de trabalho da Política de Transações com Partes Relacionadas, para indicar, de forma prática, quais são as condutas aceitas e as inapropriadas em relação ao assunto, acessível a todos que integram a administração (alta direção e colaboradores). João Luiz Barbur Madalozzo solicitou que seja estabelecido um prazo para a conclusão e apresentação do cadastro ao CAE. Luciano Borges dos Santos solicitou ainda que seja feito um *checklist* das obrigações elencadas nas Lei Federal 13.303/16, para que os conselhos e comitês possam acompanhar o que já está sendo cumprido e planejar suas ações para a implementação do que falta. A gerente de governança corporativa, Annelise Graes Mareca, afirmou que a GGOV já trabalha com esse *checklist* e irá disponibilizá-lo ao CAE. Os membros do comitê agradeceram as informações prestadas e se colocaram à disposição para auxiliar no que for preciso. Leandro Victorino de Moura sugeriu que as reuniões do CAE sejam mensais, visando à aproximação da administração ao comitê. A sugestão foi acatada pelo CAE.

No item cinco da pauta, a coordenadora Juliana Gemael Polycarpo Lied Pereira apresentou o relatório parcial das atividades efetuadas pela Auditoria Interna – Audin, referentes ao quarto trimestre, ainda em andamento. O presidente do CAE solicitou, para o próximo ano, que sejam levantados indicadores para analisar as demandas concluídas, em andamento e sem solução.


Relativo ao item seis da pauta, foi iniciada a elaboração do relatório de atividades anuais do CAE, referente à 2020, para conclusão até março de 2021, quando deverá ser aprovado, também, o relatório resumido para constar na publicação do balanço.

Referente ao item sete da pauta da pauta, os membros do CAE aprovaram o Plano de Trabalho e Calendário de Reuniões – CAE 2021, documento que organiza os assuntos mínimos a serem abordados por este comitê.

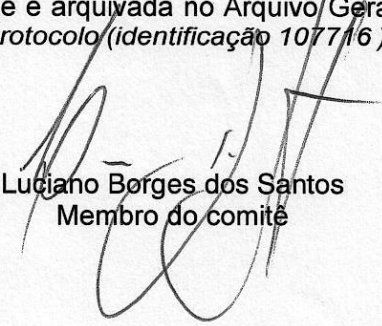
Nada mais havendo a tratar, o presidente do CAE agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião, sendo que eu, Paloma Giovana Groxko, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelos membros do comitê e arquivada no Arquivo Geral em livro próprio. A ata também está disponível no sistema *e-protocolo* (identificação 1077/16) com os materiais pertinentes à pauta.



João Luiz Barbur Madalozzo
Presidente do comitê



Lineu Edson Tomass
Membro do comitê



Luciano Borges dos Santos
Membro do comitê